

terceira página

Martins Pereira explica-nos:

A crise actual foi tornada inevitável

Conforme ontem noticiámos, demitiu-se do cargo de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia o eng. João Martins Pereira, que, na sequência da sua atitude enviou ao presidente da República e ao primeiro-ministro uma missiva intitulada "Razões de uma demissão", cujo texto publicamos na íntegra.

"Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

Sair do Governo, sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se accentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis, no momento em que o MFA aprova um "documento-guia" sobre o poder popular que vai no mesmo sentido, parece, pelo menos, incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, é correr o risco de que esse mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderá ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política (coisa que tanto tem faltado entre nós) de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderá prestar é precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicídio político.

A este luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

A explicação terá de ser longa. Vamos, pois, a ela sem demora

ACTUAÇÃO DOS PARTIDOS E PROJECTO POLÍTICO

"Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma "questão partidária" que desde então não cessou de se agravar.

Refiro-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1 de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se "insere no processo revolucionário" e o outro não, ainda que se tenha o cuidado de distinguir, no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes que com partidos. Ora, a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder à de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se degradam: há operários e trabalhadores de diversos sectores; e pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o "drama" histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria fácil em tal caso). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal "socialismo em liberdade" propositadamente indefinido, (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num "partido dos trabalhadores" cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma

nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos iniciados", sendo, para os outros, um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio desses dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos, não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas). Ora, o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer "coligação partidária" através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impo-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito Povo-MFA, e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de "Povo", a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de projecto político não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica "a priori", mas ao exercício duma prática coerente em que a clara distanciação dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma "teorização" cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesma, seria incontestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou, com precisão, o seu projecto político, mas as respectivas práticas são

suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das "liberdades" em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e especula, os modos, os comportamentos, a "oratória" inflamada, etc. enfim, um projecto burguês patente. Do outro, culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrítica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa "não controladas", a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao MFA-mito, etc., enfim, a prefiguração de um projecto "estatizante" e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.

MFA — CRISE ECONOMICA E AUTORIDADE REVOLUCIONÁRIA

"E o MFA? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março foi difícil ao MFA definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O MFA viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão "vertical" do povo por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente "populista" de onde, sem dúvida, terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um "romantismo" característico de todas as revoluções mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do MFA apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em

domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que, uma semana antes, classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual, mais algumas semanas antes, manifestara pública consideração.

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do MFA) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

O MFA apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigosos mais um compromisso. O MFA confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuía competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o PAP não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra ela teria que surgir. Ai a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto o MFA aprovou o "documento-guia" sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos pró-

ximos ou 4 meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o MFA fizesse publicamente uma profunda autocrítica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralização geral do país e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase pronunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria, no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está a bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria "segura-se" no dia em que se "segurar" a economia, e nesse dia "segura-se" o próprio processo revolucionário. Ora isto só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível do MFA. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim "segurar" a economia, mas talvez isto custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura, quanto os dias passarem. Mesmo admitindo que um MFA, na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do "documento-guia". São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do MFA.

Aceito os meus riscos. Demitome-me."

Nota — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Julho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do PAP.

